



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Ata do Conselho Municipal de Educação

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, pelas quinze horas, reuniu a Assembleia do Conselho Municipal de Educação de Oliveira do Hospital, no Salão Nobre dos Paços do Município, sendo presidida pela Sra. Vereadora do Pelouro da Educação, Maria da Graça Brito e Silva, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação das Atas das últimas reuniões;
2. Análise do ano letivo 2012/2013 – Balanço;
3. Rede Escolar – Ponto da situação;
4. AEC's – Atividades de Enriquecimento Curricular;
5. PEL – Ponto da Situação;
6. Outros assuntos.

Aberta a sessão, a Sra. Vereadora do Pelouro da Educação deu as boas vindas a todos e agradeceu a disponibilidade dos elementos do Conselho Municipal da Educação que se encontravam presentes: o Presidente do Conselho Pedagógico da ESTGOH, Eng.º Marco Veloso; a representante dos docentes do Ensino Básico Público, Prof.ª Isabel Fonseca; a Presidente da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, Dra. Ana Álvaro; o representante da Associação de Pais do Agrupamento Vertical de Lagares da Beira, Prof.º Telmo Miranda; a representante das IPSS's que desenvolvem atividades na área da educação, Dra. Marta Pereira; a representante do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra, Dra. Maria Coimbra; a representante da Direção Regional do Centro do Instituto Português da Juventude, Dra. Celeste Moura; o Comandante do Destacamento Territorial de Lousã, Capitão de Infantaria Rui Oliveira e o representante das Freguesias do Concelho de Oliveira do Hospital, Prof. João Dinis.

Informou ainda que a representante dos docentes da Educação Pré-Escolar Pública e a Coordenadora da Saúde Escolar do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte não puderam estar presentes tendo justificado as suas faltas.

De seguida, e dando cumprimento à Ordem de Trabalhos, passou-se ao ponto um da Ordem de Trabalhos, onde a Sra. Vereadora da Educação colocou à votação as atas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

de sete de dezembro de dois mil e doze, vinte e três de janeiro de dois mil e treze e a de vinte e um de março de dois mil e treze, tendo sido aprovadas por maioria.

Seguidamente passou-se ao ponto dois – Análise do Ano Letivo 2012/2013, onde a Sra. Vereadora da Educação começou por informar que relativamente aos transportes escolares, no ano letivo dois mil e doze/ dois mil e treze se tinha registado um problema relativamente a um circuito que transportava os alunos para a Escola Básica Integrada de Vale do Alva.

Informou que o referido problema foi dado a conhecer à Autarquia, quase no *terminus* do ano letivo, através de um email, enviado pela referida escola, datado de trinta e um de maio de dois mil e treze. Esclareceu que o email dava conhecimento de atrasos que se verificaram no referido circuito, alunos apeados, etc.

Informou que a autarquia tentou agendar uma reunião tanto com a escola como com a referida empresa que prestava o serviço para se tentar perceber as causas destas anomalias, não tendo conseguido agendar porque não houve disponibilidade por parte da escola.

Relativamente a esta situação informou que se, no próximo ano letivo, esta empresa voltar a prestar serviço de transportes a autarquia irá estar mais atenta a este tipo de situações para que não se voltem a repetir.

Referiu que por parte de todas as empresas que efectuaram transportes escolares houve uma preocupação em melhorar os seus serviços, pelo que, o ano lectivo decorreu sem grandes anomalias.

Acrescentou que houve uma maior articulação entre as escolas, as empresas e a Autarquia.

Por fim, informou que durante o referido ano letivo não foi possível alterar o horário do transporte dos alunos oriundos de Travanca de Lagos que frequentam a Escola Básica de Lagares da Beira.

Aproveitou para informar que, relativamente ao próximo ano letivo, o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital ainda não deu informação dos horários que irão ser praticados por cada escola.

Acrescentou que relativamente aos transportes para o próximo ano letivo mantem-se o Plano de Transportes Escolares que esteve em discussão neste Órgão na sessão de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

vinte e um de março do corrente ano podendo ainda ser alterado de acordo com as alterações que possam vir a surgir quanto à rede escolar.

Prosseguindo, a Sra. Vereadora da educação, informou que no ano letivo dois mil e doze, dois mil e treze o universo de alunos era de dois mil novecentos e noventa e seis alunos.

Acrescentou que está previsto perder cerca de cento e cinquenta alunos no próximo ano letivo, ressalvando que ainda há alunos por matricular.

Em seguida, informou que o número de crianças que usufruíram diariamente do serviço de refeições foi de mil e vinte e um. Informou ainda que a Autarquia, relativamente ao serviço de refeições, elaborou um inquérito de satisfação aos encarregados de educação, educadores de infância e professores do primeiro ciclo de ensino básico. Da análise das respostas ao referido questionário, pode-se dizer que o resultado foi bastante satisfatório relativamente ao serviço de fornecimento de refeições.

Deu a conhecer que para a Autarquia este inquérito foi muito importante para se conhecer o tipo de serviço prestado pelas nossas instituições. Aproveitou para agradecer às IPSS's que prestam serviço de refeições à Autarquia.

Relativamente aos alunos subsidiados do pré-escolar, a Sra. Vereadora da Educação informou que sessenta e um alunos usufruíram de escalão A e noventa e um usufruíram de escalão B. Quanto ao primeiro ciclo cento e trinta e nove alunos usufruíram de escalão A e duzentos e dezanove usufruíram de escalão B. Referiu que o número de alunos subsidiados tem reduzido tendo em conta os critérios utilizados pela Segurança Social para a atribuição de escalão.

Relativamente aos alunos dos restantes ciclos de ensino, a Sra. Vereadora da Educação, informou o seguinte:

Escola	2.ºCEB		3.º CEB		Secundário		Profissional	
	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B	Escalão A	Escalão B
Brás Garcia de Mascarenhas	85	80	83	91				
Cordinha	25	19	32	31				
Lagares da Beira	13	20	8	23				



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Vale do Alva	17	19	24	24				
Secundária			26	47	57	102	32	31
EPTOLIVA							48	36
Total	137	138	173	216	57	102	80	67

Em seguida, a Sra. Vereadora da Educação, relativamente aos manuais escolares, deu a conhecer que foram apoiados trezentos e cinquenta e oito alunos do primeiro ciclo do ensino básico o que correspondeu a um investimento de cerca de dezasseis mil setecentos e cinquenta e um euros e cinquenta e seis cêntimos de acordo com a tabela seguinte:

VALOR GASTO EM MANUAIS ESCOLARES			
Agrupamento de Escolas	N.º de alunos do 1.º ao 4.º ano subsidiados		
	Escalão A	Escalão B	VALOR
Brás Garcia de Mascarenhas	75	121	9.148,87 €
Cordinha	18	28	2.116,30 €
Lagares da Beira	16	35	2.390,34 €
Vale do Alva	30	35	3.096,05 €
Total	139	219	16.751,56 €

Deu conhecimento que é vontade da autarquia continuar a adquirir os manuais escolares para os alunos do primeiro ciclo do ensino básico que usufruam escalão A ou B.

Informou ainda que a Autarquia tinha recebido na semana passada a listagem dos manuais escolares para o próximo ano letivo.

Informou que o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital enviou um ofício à tutela no sentido de procurarem que todos os livros do Agrupamento fossem iguais, no entanto, esse pedido foi indeferido.

Sobre este assunto a Sra. Vereadora da Educação, acrescentou que era intenção da Autarquia e do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, adquirir manuais iguais para todos os estabelecimentos de ensino.

Em seguida, a Sra. Vereadora da Educação deu conhecimento do número de bolsas de estudo que a Autarquia tem atribuído nos últimos anos:



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

BOLSAS DE ESTUDO					
ANO LETIVO	N.º candidaturas	N.º Bolsas atribuídas	Valores Concelho	Valores fora do Concelho	Total
2009/2010	34	7	6.804,00 €		6.804,00 €
2010/2011	21	13	2.280,00 €	8.880,00 €	11.160,00 €
2011/2012	26	20	2.974,00 €	19.915,00 €	22.889,00 €
2012/2013	42	36	49.638,50 €		49.638,50 €

Acrescentou que só foi possível atribuir estas bolsas devido à alteração ao regulamento que permitiu a atribuição das mesmas até ao valor cabimentado em Orçamento.

Em seguida, a Sra. Vereadora da Educação, informou que o calendário escolar para o próximo ano letivo foi publicado em Diário da República em vinte e cinco de junho de dois mil e treze tendo em seguida informado as datas explanadas no referido documento.

Seguidamente, passou-se para o ponto três – Rede Escolar – Ponto da situação, onde a Sra. Vereadora começou por informar que na semana anterior o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital solicitou a presença da Câmara Municipal nalgumas reuniões de situações mais complicadas a nível das escolas que iriam ter menos alunos.

Referiu que a criação do Mega-Agrupamento trouxe grandes dificuldades a nível administrativo, organizacional e a nível da funcionalidade do mesmo e que as matrículas tinham sido feitas mais tarde.

A Sra. Vereadora da Educação informou que em junho teve uma reunião com a DGEST acerca da rede escolar e informou que em anos transactos essa mesma reunião realizava-se durante o mês de abril. Acrescentou que a rede escolar irá ter pequenas alterações que já estavam previstas.

Informou que a referida reunião com a DGESTE, cujo assunto era a rede escolar tinha sido muito abrangente, não se tratando sala a sala, número por número de alunos e quais os problemas de cada uma das escolas.

Informou ainda que a reunião tinha sido muito alargada porque tinham participado nela, para além dos representantes do concelho de Oliveira do Hospital, os representantes de outros municípios (Tábua, Arganil, Pampilhosa e Góis).

Referiu que neste tipo de reuniões, nem sempre é fácil exporem-se situações específicas de algumas escolas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Acrescentou que a forma de trabalhar a rede escolar foi, por parte da tutela, muito diferente do que estávamos habituados.

Informou que nessa mesma reunião um dos assuntos abordados foi a formação profissional – tipo de cursos, número de vagas, áreas de cada escola, etc e, por esse motivo a EPTOLIVA também esteve presente.

Deu a conhecer que relativamente a este assunto, a autarquia, a pedido da DGESTE, já tinha enviado que as propostas de alteração à rede escolar previstas apenas estariam relacionadas com o encerramento das escolas dos alunos que iriam para o Centro Escolar de Nogueira do Cravo.

No entanto, depois das matrículas, o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, pediu a colaboração da Câmara Municipal para fazer duas reuniões: uma na escola de Vila Franca (realizou-se a vinte e três de maio) e outra na escola da Lajeosa (realizou-se a vinte e dois de julho).

Explanou que relativamente a Vila Franca da Beira já se previa um número reduzido de alunos, mas quanto à Lajeosa foi uma total novidade e que só a vinte e dois de julho é que se depararam com esta situação.

Explanou que o que ficou definido em concordância com os encarregados de educação, o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, a Autarquia e a Junta de Freguesia no que se refere à Escola de Vila Franca da Beira (escola essa que já no ano transacto tinha pouquíssimos alunos) é que esta escola deixaria de ter os quatro anos de ensino do 1.º CEB e passaria a ter o primeiro e segundo ano de escolaridade, isto é, dois níveis de ensino. Esclareceu que os restantes alunos transitariam para a escola do Seixo da Beira ou escola da Cordinha.

No que dizia respeito à Escola da Lajeosa, a Sra. Vereadora da Educação, informou que a escola apresentou dois problemas acentuados: os pais da Lajeosa não matricularam os seus filhos na Escola da Lajeosa, como seria previsível acontecer e o facto de se ter dois alunos com NEE no segundo ano de escolaridade e dois alunos com NEE no quarto ano de escolaridade. Ainda colocando a hipótese de todos os alunos ficarem numa só sala, podendo futuramente, haver a possibilidade de esta escola se poder manter aberta no próximo ano letivo, este problema surgiu e tornou-se complicado de contornar porque com quatro alunos com NEE tivemos por optar pela transição de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

alunos para a escola de Oliveira do Hospital. Assim sendo, a escola da Lajeosa ficará apenas com uma sala que terá o segundo e o terceiro ano de escolaridade perfazendo um total de dez alunos.

Acrescentou, que tendo em conta, a notícia dada pelo Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital antes do início desta reunião do Conselho Municipal de Educação, de que a Rede Escolar irá estar bastante reduzida: o primeiro ciclo passou de trinta e quatro lugares para vinte e quatro, pelo que, não se sabe se vão existir mais alterações e não se sabe se será possível manter estas duas escolas abertas no próximo ano letivo.

Deu conhecimento que a autarquia irá reunir com o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital o mais rápido possível para tratar deste assunto. Adiantou que não se sabe quais as escolas que irão ser afectadas.

Em seguida, passou-se para o ponto quatro da ordem de trabalhos – AEC's – Atividades de Enriquecimento Curricular – onde a Sra. Vereadora da Educação, começou por informar que os professores contratados primaram pela excelência do seu trabalho e que só tinha boas referências por parte das escolas.

Acrescentou que o *feedback* das escolas foi de que os professores contratados mostraram um bom desempenho e que participaram em várias atividades promovidas pela Autarquia e pelas diferentes escolas.

Informou que todos os alunos do Agrupamento de Escolas se inscreveram nas AEC's e que todos foram beneficiários deste programa.

No entanto, há situações que terão de ser melhoradas porque nem tudo corre bem, por exemplo, as instalações das escolas nem sempre são favoráveis para a prática de exercício físico que foi uma das áreas que os docentes se queixaram.

Ainda sobre este assunto a Sra. Vereadora da Educação informou que no passado dia vinte e três de maio a autarquia recebeu um ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses a informar as alterações ao regime vigente das AEC's.

Informou que as AEC's iriam continuar até às dezassete horas e trinta minutos mas que, no entanto, só iria funcionar uma hora diariamente das dezasseis horas e trinta minutos às dezassete horas e trinta minutos. Informou que a Associação Nacional de Municípios Portugueses tomou a seguinte posição acerca das alterações às AEC's: deveriam ser os Agrupamentos de Escolas os promotores das AEC's uma vez que já têm



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

no seu quadro professores com horários zero.

Informou que só no dia quinze de julho do corrente ano é que foi publicado, em Diário da República, o despacho n.º 9265-B/2013 que estabelece o funcionamento das AEC's. Acrescentou que ainda não lhe foi dito se havia ou não professores com horário por completar e que, provavelmente, seria melhor ser a autarquia a promotora das AEC's tendo em conta que o Agrupamento poderá não poder ter resposta para todos os horários.

Em seguida, a Sra. Vereadora da Educação, fez uma breve descrição do despacho n.º 9265-B/2013 e distribuiu o mesmo pelos presentes.

A Dra. Marta Pereira pediu a palavra para perguntar se ainda não estava definida a entidade promotora das AEC's e se estava previsto ocorrerem atrasos no arranque do referido programa. A Sra. Vereadora da Educação respondeu que em princípio não haverá atrasos no arranque das AEC's. Adiantou que o que se adivinhava é que os horários dos docentes sejam mais difíceis de elaborar, pelo que, poderá levar a um atraso.

Esclareceu que em anos anteriores os horários já estariam elaborados e tendo em conta que o despacho só foi publicado a quinze de julho, as escolas não podiam avançar para a sua elaboração.

Em seguida, passou-se ao ponto cinco da ordem de trabalhos – PEL – ponto de Situação – onde a Sra. Vereadora da Educação começou por informar que se realizaram as seguintes reuniões: trinta de abril, pelas quinze horas (equipa do PEL e equipa da Câmara Municipal) e pelas dezoito horas (docentes do ensino especial), na Câmara Municipal; no dia dois de maio esteve em discussão em reunião de Executivo e às dezoito horas realizou-se uma reunião subordinada ao Ensino Profissional.

Informou ainda que têm sido feitos questionários às associações culturais, associações desportivas, associações jovens e empresas.

Aproveitou para dizer que lamenta a perda de vagas no curso de Marketing leccionado pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital obrigando assim os alunos que queiram frequentar este curso, tenham de se deslocar para o IPC.

Informou que foi proposto a abertura de novos cursos na ESTGOH na área das



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

energias renováveis que está intimamente ligada à BLC3 e que fazia todo o sentido tendo em conta que esta se encontra localizada numa zona de floresta e o pedido não foi aceite.

Seguidamente, tomou a palavra o Eng.º Marco Veloso que começou por dizer que o problema que a ESTGOH tem é um problema de base. A escola quando foi criada há onze anos atrás, criou-se partindo de dois pressupostos: o desenvolvimento regional e trazer formação àqueles que não conseguiam ter formação.

Informou que foi feito um estudo em que se verificou que existia, nesta região, um elevado número de pessoas que poderiam ter formação superior ou tinham pretensões para conseguir chegar à formação superior mas não tinham capacidades – seja por questões financeiras, disponibilidade de tempo, família, etc., para se deslocarem aos pólos que existem à volta (Guarda, Viseu e Coimbra). Portanto a escola justificava-se e o seu foco era sempre regional. Tanto é que houve uma proposta, há alguns anos atrás, até de transformar o nome da escola tirando a parte Oliveira do Hospital e colocando Planalto Beirão ou algo do género porque o objectivo não era que fosse só do concelho de Oliveira do Hospital mas de toda a zona limítrofe.

Acrescentou que a escola quando foi criada tinha o seguinte pressuposto: quais são os cursos que têm interesse tanto para a região e para a população. Daí as duas grandes áreas e nome: Gestão e Tecnologias – este é o nosso calcanhar.

Criou-se uma escola de Gestão e Tecnologias que são duas áreas de saberes que já existem dentro do IPC.

O IPC tem uma escola específica de engenharia e tecnologias e uma escola específica de administração e gestão e, aqui criou toda a polémica – os cursos que nós criámos, até recentemente, eram cursos chamativos, os chamados cursos de “primeira divisão” que são aqueles para os quais os alunos vão.

Quais é que são os ativos de uma escola: são os alunos e os cardinais de curso e, a partir do momento, que no Ministério – há cerca de sete anos atrás houve um congelamento de criação de cursos no ensino superior e do aumento de vagas então as outras escolas para “rentabilizarem” os seus ativos foram buscar ativos a outras escolas, nomeadamente, à ESTGOH.

Existe sempre um argumento que temos dificuldade em rebater quando propomos cursos na área de engenharia e gestão que é que as outras escolas também têm aquelas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

áreas e já existem há mais anos que a ESTGOH. Por isso, o que está a acontecer é este esvaziamento, se repararem bem, civil foi porque o ISEC é que queria tutelar aquela área, marketing foi porque o ISCAC assume-se com uma escola de gestão, tanto é, que recentemente mudou o nome para business Scholl de Coimbra e GIGAS a mesma coisa. A Informática é um curso que há dez anos tem sido batalhado. A razão pela qual a Informática ainda não foi, deve-se em parte ao apoio da Câmara Municipal mas também porque dentro dos docentes de informática há algo que só nós conseguimos fazer, superámos a outra escola do ISEC porque conseguimos ter mais professores científicas e doutorámos mais rapidamente, tornando-se um curso que não era assim tão tocável.

Acrescentou que garantidamente, pela sequência, se ele não foi nos últimos dois anos, haverá um forte ataque no próximo ano ou no ano seguinte e estão a deixar para a ESTGOH cursos que não são tão atractivos. Por exemplo, a questão da energia era um curso bastante apelativo.

A Sra. Vereadora da Educação interrompeu para dizer o seguinte: o pressuposto era de facto não haver cursos repetidos no IPC. Mas então porque é que o IPC fica com o curso de marketing e a ESTGOH não pode ficar. Eles abrem novo curso em Coimbra e ficam com ele e a ESTGOH não pode ficar. Isso na sua opinião é contradizer aquilo que há dois anos era argumento para encerrar a engenharia civil. Há dois anos foi argumento para fechar engenharia civil e hoje não serve de argumento para mantermos o curso de marketing.

Retomando a palavra o Eng.º Marco Veloso afirmou que é uma questão de números: vai-se a conselho de gestão e a ESTGOH tem dois representantes e o ISCAC tem outro representante e vai-se a votos....

Em seguida tomou a palavra o Prof. João Dinis para perguntar qual é a posição do Presidente do IPC nesse caso concreto? Votou a favor ou contra? Tem voto de qualidade? É que do ponto de vista da lei a competência para fechar, suspender ou abrir cursos é do Presidente do IPC

O Eng.º Marco Veloso respondeu que dentro da orgânica do IPC quem tem, na realidade, o poder máximo é o Conselho de Gestão.

O presidente do IPC deve apresentar uma proposta ao Conselho de Gestão mediante proposta que vem do Conselho Consultivo. Informou que no conselho consultivo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

quando a proposta de curso de marketing do ISCAC foi apresentada, pela primeira vez, duas escolas votarem claramente contra: a ESTGOH – porque aquela era uma área científica da ESTGOH e não se devia abrir outra e a Escola Agrária que é uma escola pequena que tem os mesmos problemas que a ESTGOH. Neste caso, o Presidente do IPC votou contra pelo princípio de que a área científica pertencia à ESTGOH. Mas foi um voto vencido, tanto da escola como do presidente, perante a maioria que votou a favor porque o ISCAC tentou demonstrar que eram cursos diferentes, mas no fundo são da mesma área. O que aconteceu daí até ao Conselho de Gestão o Eng.º Marco Veloso já não soube dizer.

O Prof. João Dinis voltou a afirmar que a competência para extinguir, suspender ou abrir cursos é do Presidente do IPC. A lei não diz que a competência é do conselho de gestão.

Retomando a palavra, o Eng.º Marco Veloso referiu que no ensino superior devem existir sempre três focos: o ensino, a investigação e a transferência de saber para a sociedade. Informou que o parceiro da ESTGOH na investigação é a BLC3.

Em termos de formação a ESTGOH está com algumas dificuldades em conseguir trazer para Oliveira do Hospital, por vários factores, cursos atraentes e que possam ser sustentáveis.

Referiu que trinta por cento dos estudantes são provenientes da região e setenta por cento são provenientes de outras regiões do País.

Em seguida, tomou a palavra a Dra. Celeste Moura para dizer que tinha de se ausentar mas que queria reforçar que o IPDJ estava disponível para realizar ações de formação sobre programas do IPDJ, sobre associativismo, etc. tudo o que a autarquia achasse pertinente.

Seguidamente, tomou a palavra o Prof. João Dinis, que começou por dizer que se discutiram, no ano passado, as perspectivas que se abriam com a criação do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital e as más consequências foram imediatas.

Foi desde logo, a deslocação de funcionários dos ex agrupamentos, para Oliveira do Hospital, para a sede da CAP – Comissão Administrativa Provisória, portanto os funcionários têm de se deslocar para Oliveira do Hospital, naturalmente sem ganharem



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

mais por isso.

A seguir foi a despromoção dos presidentes dos ex agrupamentos de escolas que passaram a vogais, pelo menos, no agrupamento da Cordinha.

Depois houve a apropriação ilegítima das verbas privativas dos ex agrupamentos.

Informou que ainda faz parte do Conselho Geral do ex Agrupamento de Escolas da Cordinha e tinha oito mil e setecentos euros na rubrica privativa e que a partir do dia trinta de abril passou para a conta da CAP. Obviamente que também há responsabilidade por parte do ex Agrupamento de Escolas da Cordinha. Acrescentou que se fosse presidente do agrupamento nem um cêntimo vinha para a CAP. Havia, no Agrupamento de Escolas da Cordinha, onde gastar o dinheiro de uma forma útil. Agora é a CAP que vai decidir onde é que esse dinheiro irá ser gasto. Verbas essas ganhas localmente pelas iniciativas das escolas.

A seguir hão de vir as consequências sobre os professores e sobre os alunos. A médio prazo serão os alunos. A degradação do ensino vai ver-se mais à frente porque não será tão imediata. Aos professores há-de chegar quando tiverem que se deslocar para os vários ex agrupamentos para leccionarem, sem ganharem mais por isso.

Continuando, o Prof. João Dinis, afirmou que a situação da ESTGOH ainda é mais grave porque com este curso de marketing crê que, pelo menos, cerca de quarenta alunos são simultaneamente alunos do curso de finanças. Portanto indo um embora irão quarenta das finanças atrás. O das finanças pendurar-se-á a seguir.

Também alguns dos professores mais qualificados da ESTGOH vão migrar atrás do curso de marketing se o curso for para Coimbra. Alguns migrarão por vontade própria, mas porque a culpa também não é dos professores, porque se lhes facultam a oportunidade de ir para Coimbra onde preferem estar, então eles aproveitam e vão.

A questão do curso de engenharia civil é um processo de asfixia para transformar esta escola numa escolinha com uma importância nem sequer tão grande como a própria EPTOLIVA.

Na sua opinião era bom que o curso das energias renováveis viesse para a ESTGOH antes que a BLC3 contribua para se fazer mais um imenso elefante branco.

A redução da rede escolar nos jardins de infância é de quase quarenta por cento e nas salas de ensino básico é de quase trinta por cento.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Apesar de haver uma redução de alunos não há uma redução de trinta ou quarenta por cento dos alunos. Há aqui alguma coisa que está a ser exagerada. Referiu que foi o centro de saúde, foi a junta de freguesia e a seguir vão as escolas e a seguir vai o cemitério: fica toda a gente proibida de morrer lá.

A Sra. Vereadora da Educação tomou a palavra para informar que no conselho geral da Cordinha realizado no dia vinte e sete de maio de dois mil e treze foram apresentadas duas moções pelo representante da comunidade João Manuel Fontes Dinis que se anexam e ficam a fazer parte integrante desta ata. Informou que uma das moções era acerca das provas finais do quarto ano de escolaridade e a outra era relativamente à constituição do mega agrupamento.

Em seguida, referiu que está de acordo com as moções apresentadas referentes às provas dos alunos do quarto ano de escolaridade e que foi uma das pessoas que mais se insurgiu.

Informou que não achava correcto sempre que é necessário transportar um aluno fora do horário escolar, seja para o que for, ser a autarquia a dar resposta. Afirmou que foi com grande dificuldade que se conseguiu efectuar o referido transporte. Na sua opinião, é um disparate tendo em conta que os exames poderiam ser realizados no período lectivo, sem transtornar os alunos, nem a vida dos pais. Se não fosse a autarquia com a colaboração as várias instituições do concelho, não tinha sido possível dar resposta ao pedido do referido transporte. Caso contrário teriam de ser os pais a deixar de trabalhar para colocarem os seus filhos na escola para fazerem os exames.

Solicitou à Associação de Pais que tomasse uma posição acerca deste assunto porque, na sua opinião, isto reflecte uma falta de respeito pelos pais e uma falta de consideração pela autarquia: que é não discutirem estes assuntos. Deviam perguntar às autarquias se estas estavam disponíveis para efectuar os referidos transportes. O Agrupamento de Escolas vê-se a braços com este problema e, como é óbvio, recorre à autarquia.

Em seguida, o Prof. João Dinis, pediu a palavra para questionar o porquê de a Câmara Municipal continua a trabalhar na elaboração do PEL tendo em conta tudo o que está a cair em cima das autarquias.

Em seguida, a Sra. Vereadora da Educação, tomou a palavra para acrescentar que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

a Câmara Municipal apresentou, através do PEL, um projeto inovador para o concelho.

Seguidamente tomou a palavra a Dra. Ana Álvaro para dizer o seguinte: com a junção do mega agrupamento a Escola Secundária e o Brás Garcia de Mascarenhas vão ficar só com uma entrada para os alunos.

Pelo que soube a entrada da Escola Secundária será apenas para os serviços e que a entrada do lado das piscinas será para todos os alunos.

Na sua opinião o que já antes era um caos, havendo mais do que uma entrada, passará, no próximo ano letivo, ainda a ser pior.

Pensa que a autarquia conjuntamente com o comandante dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, ou quem quer tenha que ser, devia antes do início do ano letivo rever esta situação.

Em seguida tomou a palavra o Comandante do Destacamento Territorial de Lousã, para dizer que já que se vai juntar as duas escolas devem ser feitas obras para que um autocarro possa entrar por um lado e sair por outro porque o problema são os autocarros. Informou que nos dias de chuva, como os pais querem deixar os alunos mesmo junto à escola é uma confusão por causa dos autocarros.

Na sua opinião devia existir um terreno para se ter um ilhéu para os autocarros pararem.

Retomando a palavra, a Dra. Ana Álvaro, referiu que achava oportuno que no tempo que falta antes de setembro, todos pensassem nesta situação.

Relativamente a este assunto, a Sra. Vereadora da Educação, informou que quando foi a apresentação da CAP na Câmara Municipal, em março, esse foi um dos assuntos abordados e onde realmente apresentaram a alternativa de só existir uma só entrada mas não tinha conhecimento que esta era uma decisão definitiva.

Informou que entretanto tinha solicitado ao Sr. Eng.º Vicente que se procedesse a uma ligeira alteração, não só a nível dos sinais de trânsito, mas também a nível da pintura.

Em seguida o Eng.º Marco Veloso perguntou se não era possível, os autocarros entrarem pela entrada de baixo.

A Sra. Vereadora da Educação referiu que se recorda que, quando estudava, o autocarro entrava na escola.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Seguidamente passou-se ao ponto seis da ordem de trabalhos, onde a Sra. Vereadora da Educação, deu a conhecer algumas das atividades promovidas pela autarquia na área da educação e juventude desde março até esta data.

Pelas dezassete horas e quarenta e quatro minutos, e nada mais havendo a tratar, a Sra. Vereadora da Educação agradeceu a presença de todos e deu por concluída a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Sra. Vereadora da Educação, Maria da Graça Brito e Silva e por mim que a secretariei.

Oliveira do Hospital, 29 de julho de 2013

Maria da Graça Brito e Silva

Rosa Adriana Mendes de Jesus